



Propostas aprovadas na Conferência Livre Nacional de Psicologia, Justiça Climática e Meio Ambiente

Realizada em 23/01/2025, em modalidade online.

EIXO 1 - MITIGAÇÃO

1. Desenvolver estratégias, no âmbito das Redes de Atenção à Saúde, que integrem saúde mental e sustentabilidade, em diálogo com os saberes originários e tradicionais, promovendo uma relação de cuidado com a natureza e incentivando práticas sustentáveis como um meio de autocuidado e cuidado com o meio ambiente.
2. Desenvolver estratégias multidisciplinares, no âmbito das Redes de Atenção à Saúde, para reorientar os sentimentos individuais de impotência, naturalização do colapso ambiental, fadiga emocional e ansiedade climática em ações coletivas, reforçando a conexão entre a promoção da saúde mental e o engajamento em iniciativas de enfrentamento à crise climática e o racismo ambiental.

EIXO 2 - ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

1. Valorizar as contribuições da Psicologia para a Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, ampliando a atuação profissional

intersetorial no contexto das políticas públicas de Saúde, Saúde Mental, Assistência Social, Educação, Defesa Civil, etc, compreendendo também as dinâmicas socialmente produzidas e os efeitos do racismo ambiental em situações como estiagem, seca, desertificação, deslocamentos por questões climáticas, queimadas, alagamentos, mineração, construção de barragens hidrelétricas, contaminação e envenenamento por agrotóxicos, os impactos das torres eólicas; tanto do ponto de vista psicológico/cognitivo quanto social.

2. Instituir políticas públicas que promovam resiliência comunitária, suporte emocional e mudanças comportamentais no contexto dos desastres socioambientais, auxiliando no enfrentamento de potenciais traumas, constituição de políticas de memórias, reparação ao racismo ambiental, educação e orientação para a prevenção e fortalecimento de redes de apoio, buscando mitigar impactos sociais e psicológicos.

EIXO 3 - JUSTIÇA CLIMÁTICA

1. Elaborar estratégias, no âmbito das políticas públicas ambientais, que reconheçam a indissociabilidade entre a proteção dos biomas, territórios tradicionais e florestas urbanas com a promoção do bem-estar psicossocial e de saúde mental, à exemplo dos efeitos emocionais da ausência de demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas.
2. Instituir políticas públicas que dialoguem com os saberes de povos das florestas, das águas, do campo, das ruralidades, povos indígenas e quilombolas, pessoas com deficiências, população negra, pessoas em situação de rua, migrantes, LGBTI+, mulheres, crianças e adolescentes, nordestinos e nortistas, de sujeitos em outras perspectivas de humanidades como os rios, as plantas e os animais - entre outros, contrapondo-se ao agronegócio, à mineração, ao regime da *plantation* e ao modelo de desenvolvimento capitalista.

EIXO 4 - TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

1. Fortalecer e expandir os campos de atuação de Psicólogas(os) em políticas públicas voltadas à Reforma Agrária, agroecologia, assentamento de terras, soberania alimentar e transição do modelo agrofundiário para a agricultura familiar e práticas reconectivas com a natureza. Reconhecer o pertencimento à terra e território, assim como condições dignas de trabalho e existência, como fatores fundamentais para a promoção da saúde mental e do bem-estar psicossocial.
2. Incorporar as contribuições da Psicologia da Mobilidade Humana e Trânsito nas políticas de descarbonização, compreendendo os impactos subjetivos na transição para modais de transporte ecologicamente sustentáveis. Reconhecer, além dos impactos psicossociais das mudanças de hábito, a qualidade de vida e pertencimento territorial como aspectos fundamentais para o bem-estar psicossocial.

EIXO 5 - GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. Investimento nas políticas ambientais e retaguarda governamental às políticas empreendidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas e Ministério da Igualdade Racial, compreendendo que o Governo Brasileiro deve incorporar - em todas as suas áreas - compromisso irrevogável com a educação ambiental para o enfrentamento da crise socioambiental e do racismo ambiental e a promoção da saúde planetária.
2. Garantir e ampliar a presença de Psicólogas(os) nas políticas públicas em contextos de emergências, desastres, crises migratórias e pandemias, bem como em mecanismos de controle social, promovendo o diálogo com as autoridades e gestores sobre o papel da Psicologia. Considerar as especificidades de cada região e suas comunidades, tanto nos campos de atuação quanto da formação, utilizando os mecanismos previstos de formação continuada.